



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE MEIO AMBIENTE E DOS DIREITOS  
DOS ANIMAIS**

**PRESIDENTE: LUANA ALVES**

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 27/06/2022

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens
- Suspensão

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Boa noite a todas, todos e *todes* presentes.

Declaro abertos os trabalhos da 4ª Audiência Pública Semipresencial de 2022 da Comissão Extraordinária Permanente do Meio Ambiente e dos Direitos dos Animais.

Informo a todos que esta audiência está sendo transmitida pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço [www.saopaulo.sp.leg.br/AuditoriosOnline](http://www.saopaulo.sp.leg.br/AuditoriosOnline); e pelo canal do YouTube desta Casa.

Esta audiência pública foi chamada em atendimento ao Requerimento 3/2022, de autoria desta Vereadora, com a pauta: *Empreendimento imobiliário no Morro Do Querosene e suas implicações nas questões ambientais*, tema a audiência de hoje.

Ato contínuo, gostaria de pedir a suspensão os trabalhos por 15 minutos, para que esperemos o pessoal chegar.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sobre a presidência da Sra. Luana Alves.

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Boa noite a todos os presentes, a todas as presentes. Retomo a audiência.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, gostaria de falar algumas palavras muito breves.

Queria agradecer a presença de todos. Dizer que há bastante tempo tentamos trazer esse tema para a Câmara Municipal. É uma audiência que achamos necessária já há bastante tempo.

O empreendimento que está sendo pensado no Morro do Querosene tem um planejamento antigo – desde a disputa do Plano Diretor de 2014 se pensa naquilo. Já é um planejamento de bastante tempo. E a resistência comunitária e territorial está cumprindo um papel muito grande. Conseguimos perceber que a coisa já estaria muito mais desenrolada para a imobiliária, para a construtora, se não tivesse uma resistência popular, comunitária, organizada na região, que fala com escolas, que fala com movimentos sociais, moradores de toda a região do Butantã. E isso tem sido decisivo. Então eu queria começar com isso, porque, se não fosse

essa postura de organização de luta territorial, a coisa já estaria andando muito mais facilmente para eles. Então queria parabenizá-los por isso.

Gostaria de dizer também que esse tema está muito atrelado à disputa do Plano Diretor. Foi aprovado na semana passada, na Câmara Municipal de São Paulo, o adiamento, mais uma vez, do Plano Diretor. É possível que ele seja votado no próximo ano, não vai ser mais votado neste ano o Plano Diretor; porém ainda neste ano se quer votar uma mudança na lei sobre uso e ocupação do solo para a cidade de São Paulo.

Apesar de não estar sendo votado o Plano Diretor e estarmos conseguindo adiar, uma série de projetos de lei e de mudanças legislativas que não são Plano Diretor já têm cumprido o papel de garantir o lucro das construtoras – estou falando de operações urbanas, PIUs. Eu estou falando dessa ideia que a Prefeitura quer votar ainda neste ano uma mudança na lei de uso e ocupação do solo, e que também é uma mudança de zoneamento que vai, na prática, prejudicar a habitação popular e o meio ambiente, e vai simplesmente só apenas ajudar os lucros das construtoras, que foi o setor que mais lucrou na pandemia.

As construtoras não pararam em nenhum momento, basta ver o número de adoecidos, o número de mortos por Covid entre trabalhadores da construção civil. Esse é um dos maiores indicativos de como o setor de construção não parou na pandemia, e segue querendo lucrar na cidade: o número de mortos da construção civil, os pedreiros, quem constrói, quem faz a obra, que é comparável ao número de mortos do transporte público de São Paulo. Então isso é muito grave.

Eu coloco esses elementos para mostrarmos o tamanho do adversário com o qual estamos lutando. E o adversário não é a habitação, o adversário é quem quer fazer da habitação uma mercadoria para gerar lucro, não como direito. Então para sabermos exatamente o tamanho do problema que estamos enfrentando.

Dito isso, e reafirmando que a questão ambiental é central, existe uma nascente embaixo do terreno onde se quer construir esse prédio. Então, havendo uma nascente, é lei municipal que não se pode construir. Isso não é uma questão mais de opinião. Estando

comprovada a existência da nascente, não é mais uma questão de “acho que tem que ter”, “acho que não tem que ter”, é cumprimento de lei. Essa é uma coisa importante para termos na cabeça.

Por último, a questão social. Aquilo é ZEIS – Zona Especial de Interesse Social.

Uma habitação, um prédio, um empreendimento imobiliário que vai ter um condomínio de 500 reais, como eu já vi que vai ter, não é interesse social em nenhum lugar, e não adianta colocar esse argumento.

Dito isso, passo a palavra à nossa querida Cecília, representante da Associação Cultural da Comunidade do Morro do Querosene, a que peço que venha compor a Mesa junto comigo.

**O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI** – Pela ordem, Sra. Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – O meu colega de bancada, o Vereador Toninho Vespoli, que está compondo a Mesa de forma virtual.

Quer fazer uso da palavra, Vereador Toninho?

**O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI** – Eu gostaria de falar algumas questões após a Sra. Cecília, porque estou com outra agenda às 20h.

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Então vai falar a Cecília Pellegrini, e, depois, o meu Colega Vereador Toninho Vespoli.

**A SRA. MARIA CECÍLIA PELLEGRINI** – Oi. Antes de começar a fala que eu preparei, a sua fala me pede para que eu te conte, se é que você não sabe, que o problema, na verdade, não é somente as construtoras. Quando o plano diretor saiu do Executivo, não existiam aquelas ZEIS. E elas surgem dentro desta Casa. E ninguém assina. Não tem uma demanda, não aparece nas reuniões do plano diretor. Então faremos um novo Plano Diretor sabendo que as coisas acontecem sem que ninguém explique, nem mesmo o relator deste plano diretor.

Posso te chamar de Luana? Que você é tão novinha. Me desculpe a falta de...

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Por favor.

**A SRA. MARIA CECÍLIA PELLEGRINI** – Eu queria falar que, para mim, o mais grave do que... Eu não acho que devemos culpar simplesmente as empreiteiras, porque ver que uma

Casa desta passa sem consulta, sem respeito, ninguém explica, e aparece uma lei que em princípio todo mundo deveria cumprir.

Mais do que isso: no plano diretor dizia que uma ZER poderia ser transformada em ZEIS se ela não tivesse uma função social, se ela fosse um terreno baldio. E lá no Morro do Querosene, num dos lotes, tinha uma casa grande construída; não era um terreno baldio. E nós vamos vendo essa terra sendo destruída, colocamos isso na justiça. E o juiz disse que, como essa casa não teve alvará de moradia, embora tenha tido alvará para a sua construção, se ela não tem alvará, ela não existe. Isso está escrito no processo na nossa ação civil pública.

Então, se você não tiver RG, você não existe, mesmo que eu te veja, mesmo que você esteja na minha frente. Se você não tem RG, você não existe. São tantas as questões, tão difíceis, mas a gente está aqui porque acredita que alguma coisa deve ser feita.

Eu sempre disse que se a gente vai conseguir ou não melhorar o mundo eu não sei, mas eu vou fazer aquilo que está ao meu alcance para que a situação melhore.

Vou partir para a apresentação e deixar a questão mais ampla. Sempre participei das reuniões de Plano Diretor, porém, quando eu vi o que aconteceu nessa revisão do Plano Diretor dentro desta Casa eu perdi totalmente a vontade de participar, Luana. A gente vai, faz a nossa parte e, de repente, vê que o resultado é outro. Não tem quem assina, não aparece e está lá a lei para a gente cumprir. Como assim?

Na verdade, como a gente está na Comissão Extraordinária do Meio Ambiente e do Direito dos Animais, eu preparei a minha fala nem tanto voltada para o Plano Diretor, mas pensando no nosso meio ambiente, incluindo o ser humano como peça fundamental desse meio ambiente que interage com ele, e a importância também da cultura desse ser humano nesse meio ambiente.

Vou pedir para iniciar amostragem da primeira foto que separei.

Queria pedir para o Dinho para fazermos uma ladainha só para a gente pedir uma inspiração para os nossos seres superiores, para que estejamos bem iluminados. Você dá licença para a gente fazer só uma cantoria?

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Claro.

- Apresentação musical.

**A SRA. MARIA CECILIA PELLEGRINI** - A gente está ao vivo *on-line*, há pessoas que não estão aqui, mas que nos ouvem.

Quero me apresentar. Sou Cecilia Pelegrini, moro no Morro do Querosene, desde 1983, portanto, há 39 anos. Estou aqui, hoje, representando a Associação Cultural da Comunidade do Morro do Querosene, que desde a sua criação, em 98, realiza ações pela sustentabilidade do nosso meio ambiente e pela cultura de paz.

Agradeço esta oportunidade ao Vereador Xexéu Tripoli, Presidente da Comissão Extraordinária do Meio Ambiente e dos Direitos dos Animais, assim como à nossa Vereadora Luana Alves que requereu esta audiência.

A pauta desta reunião é o empreendimento imobiliário do Morro do Querosene e suas implicações nas questões ambientais. Primeiramente, quero mostrar e que a gente pense qual é o empreendimento de que estamos falando aqui.

- A oradora passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

**A SRA. MARIA CECILIA PELLEGRINI** – A próxima, por favor.

Este é o empreendimento proposto pela Incorporadora e Construtora Ivory. É uma imagem de divulgação do Address, edifício com 20 andares, pelo menos, 215 unidades habitacionais, unidades comerciais, *solarium* com piscina, salão de festas, churrasqueira, espaço *gourmet*, *fitness* – para quem não conhece é uma academia para ginástica – *lounge* no mirante - que é um espaço para que as pessoas olhem a paisagem e pratiquem Yoga -; um bicicletário, *coworking* - que é uma sala para várias pessoas trabalharem no computador -; playground, espaço *boutique hair* – que na nossa linguagem é cabelereira –; lavanderia; mini *market*; portaria; *delivery* – que também não sei o que é -, e 57 vagas nas garagens. Esse é o empreendimento que consta na divulgação que a gente encontrou.

Próxima foto, por favor.

Qual é o local pretendido para esse empreendimento?

Aqui também não tem aqueles ponteirinhos, mas não tem importância, a gente não precisa.

Então esses são os lotes destinados, na verdade, as ZEIS incluiria mais esses dois, esta é a Rua Afonso Vaz. O que eu quero chamar a atenção, vejam como a rua é curva, vejam o que ela faz. Está no topo do morro, este terreno é bem íngreme, porque aqui embaixo está a baixada do Rio Pirajuçara.

Pode mostrar o próximo.

Eu queria que vocês percebessem, nessa foto, que se trata de um bairro estritamente residencial. Não se vê nenhum edifício alto, nenhum arranha-céu, nessa área. No máximo, são casas com dois andares. Há muitas árvores frutíferas e pássaros que se alimentam dos seus frutos. Como eu falei, o foco do que eu preparei foi voltado para o meio ambiente. Então, é sobre isso que eu vou falar.

Há a sombra que será projetada por um prédio de 20 andares. Eu quero dizer que o Norte passa por aqui. Ou seja, no inverno, vamos ter uma grande sombra projetada por esse edifício de 20 andares e a sombra que será projetada vai tirar o sol que hoje incide nas casas, nos seus jardins e ruas. Principalmente no inverno, essa sombra vai ser mais grave. A vegetação e as árvores frutíferas, que precisam do Sol, vão sentir a sua falta e os pássaros, a falta de seus frutos. Vão mudar de lugar.

Este empreendimento também trará alteração nos ventos e no ruído ambiental. Conforme aumenta a altitude, os ventos tornam-se mais fortes e mais consistentes. O Morro do Querosene, devido a sua altitude e sua proximidade com a extensa várzea do Rio Pinheiros e do Rio Pirajuçara, fica exposto a ventos muito fortes que ocasionam queda de árvores e problemas na rede de distribuição de energia elétrica, constantemente. De acordo com pesquisadores da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, em Piracicaba, edifícios altos influenciam na direção do vento e podem aumentar sua velocidade. Eles constataram que onde há muito prédio a queda de árvores é muito maior.

Outro ponto: com esse edifício, muitas casas desse bairro, que hoje é residencial,

vão perder a sua privacidade, provocando desconforto para seus moradores.

Por favor, a próxima...

Aqui, é uma vista também de divulgação desse prédio. Então, vocês veem, não é? É toda essa baixada. Olhem como a vista é ampla. Quero dizer, assim: o Rio Pinheiros originalmente era muito sinuoso, quase parado. Era uma região pantanosa e plana. O Morro do Querosene é a primeira elevação de terra após essa planície. Por este motivo, possui horizontes largos. Avista-se longe. Isto foi estratégico para a sua ocupação pelos povos originários. Os portugueses não conseguiram. Eles ficaram no Largo de Pinheiros. Eles não chegaram à fonte e à bica, onde havia a nossa água, tão preciosa, porque ali era um lugar estratégico, um lugar indígena forte.

Pode mostrar a próxima foto.

Esta é uma foto do amanhecer. Olhem como se vê longe.

A próxima foto...

Essa também é uma foto tirada por alguns moradores. Olhem como temos essa paisagem. Olhem a cidade, a Avenida Paulista, como está lá, longe, ainda. Aqui, é de dentro do morro. Foi o André Hosoi que tirou essa foto. Então, um edifício colocado aqui com certeza vai alterar a nossa paisagem, o que não queremos que aconteça.

Pode mostrar a próxima.

Olhem como são as ruas da Vila Pirajuçara. Isto é uma rua. Isto é outra rua. Esta é a rua. Vejam como são curvas. Então, quero que vocês percebam que hoje uma rua para o carro é assim. Essa é a Raposo Tavares. É reta. Essa é a Corifeu de Azevedo Marques. É reta. Por quê? Nos carros, precisamos ver quem vem e quem vai, de longe, porque o carro anda depressa. Essas curvas que vocês estão vendo – que, na verdade, são o nosso *peabiru* – estão nas curvas de nível do terreno. Elas são ideais para andarmos a pé e de bicicleta, mas não para andar de carro. Além disso, são ruas estreitas. Então, um edifício com mais de 200 famílias com certeza vai trazer um trânsito, um tráfego nessas ruas, que as outras ruas não comportam.

Finalmente, quero dizer o seguinte: no nosso bairro, ainda se mantém o costume de



as pessoas ocuparem as ruas. Sentam-se nas calçadas. Crianças brincam na rua. Moradores se conhecem, se cumprimentam e se conversam. Há um clima que favorece a criação artística e a realização de eventos, como rodas de capoeira, cortejos, afoxés, maracatus, bumba meu boi e muros grafitados. O Parque da Fonte, suas ruas, sua história e sua cultura atraem pesquisadores, estudantes e turistas. O Morro do Querosene é um espaço aberto para todos. Ou seja, não estamos aqui só porque ele é bom para nós, mas ele é importante para muitas outras pessoas além de nós. Escrevi aqui: nunca seria um condomínio fechado. Ele é aberto. É necessário. Ele é caminho.

Como alguém me disse que não falasse de cultura, pus aqui o seguinte: alguns pensam que falar de meio ambiente é falar do clima, da água, da vegetação e dos animais. Esquecem-se de que o ser humano faz parte deste meio ambiente e é também um animal. A integridade da sua vida também precisa ser considerada e a integridade da sua vida são também a sua cultura e os seus costumes. A cultura e o meio ambiente caminham juntos. Não olhar para a cultura é perder um importante aliado na luta pelo meio ambiente. O patrimônio cultural do Morro do Querosene tem valor inestimável. Deve ser respeitado. Para uma comunidade de moradores que não devem ir além de 1.200 indivíduos, um empreendimento imobiliário com mais de 200 apartamentos, que deve trazer uma população de, pelo menos, 400 indivíduos, afeta drasticamente os costumes atuais dessa população.

Finalmente sobre a água, eu fico um pouco acanhada, porque eu vi que, nessa nossa reunião, há aqui um geólogo que entende muito mais desse assunto e que vai falar daqui a pouquinho. Ele é um geólogo que trabalha para o Ministério Público. Esteve lá e fez um levantamento, mas eu vou falar aqui rapidinho sobre isso. Todos os dias, a Sabesp interrompe nosso abastecimento de água às 20h, e a água só retorna às torneiras às seis da manhã. Isso é muito grave. É a hora em que os trabalhadores voltam para suas casas, tomam banho, lavam suas roupas e fazem sua comida. Todas as casas precisam ter caixa d'água, senão não aguentam, e cuidados especiais, porque se, por acaso, eu deixo minha máquina ligada, quando eu vejo, ela está lá trabalhando, porque está na água da rua. Ou se eu esqueço uma torneira

aberta, por acaso, ou alguém foi lá e abriu uma torneira, não havia água e não foi fechado, no dia seguinte, aquela água está correndo.

Ou seja, mesmo que a gente tenha a caixa d'água, é um transtorno. Então, eu pergunto o seguinte, se a água já está sendo racionalizada para nós, como é que vão trazer mais 200 famílias, sem resolver esse problema antes? Queremos água nas torneiras. Temos água para nos atender. Podemos e queremos essa água.

Fora isso, foi descoberta, naquele terreno, uma nascente de água. Ela corre aqui. Conforme pessoas mais entendidas, a lei diz que a gente deve deixar uma área de raio de 50 metros em torno da nascente permeável, para que a chuva possa continuar alimentando nosso lençol freático e para que essa nascente e outras possam continuar a existir. Sobre isso o nosso geólogo vai falar melhor daqui a pouquinho.

Finalmente eu queria dizer que esse é o problema do Morro do Querosene, da Vila Pirajussara, porém eu queria deixar registrado aqui, conforme você já falou antes, se antecipando, que não é só um problema lá do Morro. O Butantã, em especial, é um lugar de um entroncamento de várias rodovias. Há a Rodovia Regis Bittencourt, que vai para o Sul, há a Raposo Tavares, que vai para o interior, há a Castelo Branco, há a Imigrantes, que vai para o litoral, mas ali, se for até a Lapa, que é a vizinha, há a Anhanguera e a Bandeirantes.

Então, é um lugar congestionado. Como é que a gente está vendo a construção de tantos prédios ali numa área que tem que estar livre para atender a todo esse fluxo? Dizem que é para compartilhar os benefícios da estação de metrô com outros que moram mais distante, porém eu deixo aqui essa questão. Cadê as estações de metrô no Rio Pequeno, na Raposo Tavares e no Jaguaré, que nos foram prometidas e ninguém fala nada?

Então, eu quero deixar aqui registrado o seguinte, dizer que vai trazer a periferia para o centro é uma falácia. Não vai trazer. No máximo, pode trazer alguns, mas não dá para trazer milhares. Então, volto a dizer que o caminho é levar o centro à periferia, levar o transporte, levar as condições de vida, as escolas e os hospitais à periferia.

Gente, desculpe-me se eu demorei. Eu agradeço a oportunidade e desejo que a

reunião prossiga. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Muito obrigada, Sra. Maria Cecília. Obrigada pela sua apresentação.

A Sra. Joseane, Subprefeita do Butantã, está aqui e a convido para participar da mesa. Obrigada pela sua presença.

Tem a palavra o nobre Vereador Professor Toninho Vespoli.

**O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI** – Luana, queria parabenizar você pelo mandato, por essa iniciativa importante. É uma audiência pública para essa discussão importante, até porque há coisas incompreensíveis, como a própria Cecília já falou. Também queria cumprimentar a Subprefeita do Butantã e a Associação Cultural do Morro do Querosene. Cumprimentando a associação e a Cecília, queria estender esse cumprimento a toda a sociedade civil, que está aí participando e lutando sempre, porque o Morro é um lugar bem organizado.

Ali é uma Zona Estritamente Residencial, uma ZER. Segundo o Plano Diretor e a Lei de Zoneamento, é para preservar as ZERs de baixa densidade. Então, a gente não entende por que isso não foi efetivado ali naquela região.

Outra coisa importante, um debate importante é todo mundo, o pessoal do Morro, a Câmara Municipal, todo mundo é a favor de ZEIS, Zona Especial de Interesse Social. Eu inclusive acho que fui um dos Vereadores que, na época, mais colocou ZEISs na Cidade.

Nós colocamos ZEISs onde realmente é necessário, onde, por exemplo, são ocupações em terrenos da Prefeitura, para se fazer a legalização da área, como também a gente colocou ZEIS nos eixos de mobilidade. Não é o caso ali. Ali é perto do metrô, mas, no meu ponto de vista, ali não faz parte dos eixos centrais de mobilidade, onde a periferia tem que ficar.

Ali há outra discussão, que a gente não pode se enganar por alguns discursos, para falar: “Ah, mas vocês estão contra as pessoas morarem no Centro.” Não, nós não somos contra. O problema é que ali não vai morar periferia. O padrão de apartamento também ali não atende a principal reivindicação da sociedade. O que marcou a gente na discussão tanto do zoneamento,

quanto do Plano Diretor, era a ZEIS ter prioridade para zero a três salários-mínimos de renda familiar, mas a gente sabe que não é assim.

A segunda prioridade era de três a seis salários mínimos. E aquele tipo de empreendimento, com certeza, estará muito além disso. Então, desculpa, é hipocrisia quando falam “Não, mas nós estamos tentando colocar a periferia ali”. Mentira, a periferia não vai para aquele tipo de empreendimento.

Esse é um debate que tem de ser feito. Tanto é que, nas discussões que foram feitas na Câmara Municipal sobre as ZEIS, havia sim audiências públicas, havia disposição do Relator nas audiências e essas áreas eram adentradas, colocadas no Zoneamento da Cidade.

Essa área, entretanto, não passou por nenhuma proposta, apareceu do nada, a pedido ninguém sabe de quem. Então, gente, vamos ser honestos: isso deve ser pedido por alguma incorporadora, por algum Vereador, que colocou esse negócio aí, esse jabuti aí; porque para a cidade de São Paulo, para habitação popular, isso não é prioridade. Aquele empreendimento ali não é nenhuma prioridade. Isso tem de ficar bem demarcado nesse debate.

E outra questão, para terminar, é a questão ambiental. Como já foi falado pela Cecília, tem uma nascente naquela área. E o Instituto Geográfico e Cartográfico já testou que ali tem uma nascente. O parecer do IGC foi um parecer feito por um hidrólogo chamado Fernando Henrique; e o próprio CAEX do Ministério Público também respalda isso.

Então, o que me espanta é como a Secretaria do Verde e Meio Ambiente analisou aquela construção ali. Isso, eles tinham que explicar para a gente, já que existe uma nascente ali e eles acabaram aprovando esse tipo de empreendimento. Isso é totalmente ilegal.

Aparece um pedido na Câmara Municipal no final do segundo tempo, ninguém sabe por que, e a Secretaria do Verde e Meio Ambiente dá o aval para uma construção em um local onde tem uma nascente? A Secretaria tem que se posicionar e explicar por que aprovou esse empreendimento.

A gente tem chamado alguns setores da Administração para a audiência pública, mas eles correm. Não é o caso da Subprefeita do Butantã, que está aqui. Mas essa não é a prática,

infelizmente, da Administração. Então, eu acho que a gente podia fazer um requerimento, em conjunto, para saber como a Secretaria do Verde aprovou um empreendimento desse na ilegalidade.

Quero parabenizar a Vereadora Luana novamente e a população sabe que pode contar com a Bancada do PSOL.

Um grande abraço a todas e todos.

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Maravilha. Obrigada, Vereador Toninho Vespoli. Vamos entrar, em conjunto, com esse requerimento sim. A gente já tem procurado a Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente.

Inclusive, eu quero confirmar alguns presentes do Poder Público. Felizmente, a Subprefeita do Butantã está presente. Indago se algum representante da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente está presente. (Pausa) Okay, me avise se houver alguém on-line. A Coordenadora do Trabalho Social da Sehab, Sra. Denise, está on-line. Sr. Rodrigo, membro do Ministério Público, está presente, a quem convido para compor a Mesa. O Engenheiro Wilson está presente, representando a Secretaria de Urbanismo e Licenciamento.

Tem a palavra a Sra. Edmara Rodrigues, do Centro de Saúde Escola do Butantã.

**A SRA. EDMARA RODRIGUES** – Sou moradora do Morro do Querosene há 30 anos, sempre trabalhei na área de saúde, conheço bastante a comunidade ao redor, não só do Morro do Querosene, mas de toda a área de abrangência do Centro de Saúde Escola do Butantã, onde trabalhei durante 38 anos; e atualmente estou aposentada dessa atividade.

Eu gostaria de começar minha fala apresentando, comentando que estou trazendo um material criado pelo Vladimir Bartalini, que é morador também há bastante tempo do Morro do Querosene, então eu fiquei com a missão de fazer essa apresentação em nome dele. É um trabalho criado por ele, baseado no acervo dele, no conhecimento e na percepção dele sobre o Morro do Querosene.

- A oradora passa a se referir a imagens exibidas em tela de projeção.

**A SRA. EDMARA RODRIGUES** – Além de morador, Vladimir Bartalini é um

importante urbanista e militante de causas bastante em comum com o que está sendo apresentado aqui.

Convido vocês por um passeio a pé pelo Morro de Querosene.

Bom, então a ideia é esse passeio a pé, valorizando, inclusive, a fala da Cecília, mostrando toda aquela sinuosidade, todo aquele relevo tão importante, que permite esse tipo de traçado, que é tão convidativo para passeios a pé, de bicicleta para se usufruir da rua.

Eu não vou ficar me detendo nos nomes das ruas, porque realmente eu acho que a conversa deve render muito, e eu acho interessante agilizarmos um pouco.

Então esse é um panorama em que se valoriza muito as construções, os casarios e o relevo, sobretudo, o bom casamento feito entre o relevo, cheio de encostas, e as construções que foram acontecendo ao longo desta longa história do bairro.

Pode passar o próximo, por favor.

As encostas do morro formam um mosaico de árvores e de casas adaptadas à inclinação do terreno. Então percebam o tipo de aproveitamento dessa geografia, desse relevo; a participação dos artistas, que também já foi mencionado anteriormente.

Pode passar para o próximo, por favor.

A largura das ruas é bastante irregular. Existem situações em que dois carros estacionados impedem o trânsito dos carros. Então é uma característica que, dentro de uma certa lógica de construção e paisagismo, é bem compatível com a convivência e com a harmonização dos moradores e dos habitantes que frequentam o Morro do Querosene.

Pode passar para o próximo.

Essa declividade é bastante variável. Dá para perceber a presença desse modelo de encostas, que permeia todo o morro.

Quando essas fotos foram tiradas, ao longo do tempo, não havia essa preocupação de fotografar para trazer para uma situação tão problemática que vivemos hoje. Então nós estamos mostrando as encostas do outro lado do morro, não do lado da encosta, onde se pretende construir esse arranha-céu, essa torre, esse fenômeno, esse E.T., uma coisa que

parece que é extraterrestre, quando se imagina esse prédio construído nesse contexto.

Pode passar para o próximo.

Então, novamente, os tipos de casas são diferentes, são de diversas épocas, mostram um contraste de poder aquisitivo. Enfim, a diversidade, que é tão interessante, que enriquece tanto a convivência humana.

Pode passar para o próximo.

Aí é um traçado mais técnico das ruas, que permite perceber a sinuosidade; o alvo da construção está sendo a Rua Afonso Vaz. As construções são pequenas e médias, com implantação cuidadosa, que respondem pelas características da paisagem do morro.

Próximo.

As encostas são muito inclinadas. Na área assinalada, naquele círculo, a declividade é superior a 30%, e, em certos trechos, chega a ser superior a 50%.

Isso aqui é um recorte de um relatório técnico feito pelo Vladimir Batalini, que fez parte da nossa ação civil pública, que há dois anos está tramitando em todas as etapas cabíveis. Evidentemente, isso está extremamente detalhado e minucioso no relatório técnico do Vladimir Batalini.

Próximo.

Quanto mais escura a cor, percebam, mais rigorosa é a declividade, que é extremamente variável.

Isso também faz parte do relatório técnico, anexo à ação civil pública. Tudo isso é um documento público, acessível.

Próximo.

Essa questão é fundamental: o solo do Morro é sensível à erosão. Construções grandes com movimentos de terra extensos, como é o caso desta torre, trazem riscos de deslizamento.

Próximo.

Associações de moradores cuidam das áreas verdes e espaços públicos do Morro.

Além da Associação Cultural do Morro do Querosene, existem outras entidades que também participam, colaboram e têm esse sentimento de pertencimento ao Morro do Querosene.

Próximo.

Vemos a Rodovia Raposo Tavares. Aqui é a iniciativa de uma pessoa que cuida de plantas, que tem uma ligação com a paisagem, faz disso um *saber fazer*, algo bastante importante para ela e para os outros.

Próximo.

O verde do morro atrai mamíferos como saguis, saruês, capivaras. Então é muito surpreendente a presença desses mamíferos.

Próximo.

E uma multidão de pássaros. Ainda hoje eu conversei com a Irene, que gostaria de estar aqui. É uma moradora que vive no morro há 70 anos. E ela estava me contando sobre pássaros que ela vê no quintal dela. É uma pena que ela não tem muito acesso (*ininteligível*).

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Concluindo, Edmara.

**A SRA. EDMARA RODRIGUES** - O Morro tem pontos de encontro nas calçadas. Isso também já foi comentado.

Pode passar.

Vemos a presença de comemoração de ruas, com seus enfeites, festas juninas e outras festas.

Próximo.

O Morro faz festa de rua.

Próximo.

Essa paisagem, esse ambiente, é o que queremos preservar.

Essa é a nossa mensagem. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Obrigada, Edmara.

Sem mais demora, vou passar a palavra à Subprefeita Joseane Possidonio.

**A SRA. JOSEANE POSSIDONIO** – Boa noite a todos.



Gostaria de parabenizar a Vereadora por esta audiência.

Eu acho que realmente os moradores têm que ser ouvidos.

Eu conheço muito bem essa região porque eu morava, um mês atrás, na Francisco Vaz, então eu subia por esta rua para pegar a rodovia para ir até a Subprefeitura todos os dias. Então eu sei muito bem a quão sinuosa ela é. E todos já falaram aqui da questão de meio ambiente, questão de licenciamento. Eu acho que SMUL deve se pronunciar quanto à questão do meio ambiente, quanto à declividade do terreno, quanto ao cálculo do vento que vai ser feito.

Um prédio de 20 andares – 19 andares e um subsolo – precisa ter a sua estrutura muito bem calculada e ter a sua fundação muito bem-feita. Então talvez por isso ele seja tão alto para que eles tenham lucro, porque, se fizer uma torre baixa, com tudo que vai ser gasto...

Antes de eu ser subprefeitura, eu era coordenadora de projetos e obras, sou engenheira civil, então eu entendo bem sobre a questão do solo. Mas essa parte técnica eu vou deixar para que a SMUL fale.

Uma questão que todos falaram, mas não falaram, é a questão realmente do trânsito. São 245 unidades. A quantidade de vagas de carro eu não estou encontrando aqui, mas é menos de 30% do que precisa. E isso vera um problema para a Administração Pública, porque não se pode estacionar na avenida Corifeu de Azevedo Marques, é faixa de ônibus, não se pode estacionar. Onde essas pessoas vão colocar os carros? Eu mesma quase bati meu carro várias vezes no Morro, porque se estacionar um carro de um lado, do outro não se consegue. Dois carros não passam, como já foi mencionado.

Essa questão precisa ser muito bem avaliada, principalmente no aspecto do trânsito. Independentemente de se deixar um lado só para estacionar, as pessoas, geralmente, não obedecem. Na parte de baixo não tem onde estacionar, onde ficarão todos os veículos desse empreendimento.

Eu acho a SMUL deveria consultar a subprefeitura antes de fazer o licenciamento, para nós nos posicionarmos quanto ao impacto da área.

Finalizo por aqui. Boa noite. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Muito obrigada, Subprefeita.

Creio que é muito necessária a sua colocação, sobre a subprefeitura ser consultada. Os impactos na região serão enormes, a gente não pode achar que a Cidade não tem planejamento, nem pensar no bem-estar da maioria. A gente sabe que muitas demandas vão parar no seu gabinete na subprefeitura. Não vão parar na SMUL.

**A SRA. JOSEANE POSSIDONIO** - Com certeza, principalmente porque as pessoas geralmente não têm apenas um veículo, mas têm mais de um. O impacto na região será enorme.

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** - Pois é. Muito obrigada, Subprefeita.

Vou passar a palavra para Sonia Salem. A Subprefeita falou no tempo certinho, mas como com todo mundo, vou contar os sete minutos. Logo em seguida, passo para o Engenheiro Wilson, da SMUL.

**A SRA. SONIA SALEM** – Boa noite. Meu nome é Sônia Salem, sou moradora do Morro há exatos 30 anos. Venho acompanhando os diferentes movimentos pelos quais o bairro passa. Sou uma fã dos acontecimentos, das festas, das pessoas que moram lá. Moro na Rua Afonso Vaz.

Na verdade, eu trago aqui um breve Power Point que fiz utilizando um acervo de fotos que tenho, tiradas ao longo desse tempo, com foco principalmente num dos aspectos que a Cecília e Edmara mencionaram sobre a questão cultural e as manifestações artísticas no Morro, algo muito característico do bairro.

Vou pedir para projetar. Vou passar as imagens para ilustrar as falas que foram feitas e, possivelmente, outras que virão.

Agradeço à Rute que ajudou a compor a arte final.

- A oradora passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

**A SRA. SONIA SALEM** – Este é o nome que eu dei para a apresentação: A Voz do Morro. Em parte, já escutamos hoje, quando chegamos a voz do Morro estava presente. Uma das vozes.

Pode passar.

Se for de paz, pode entrar. Essa é uma intervenção na árvore de uma das ruas, na Maria Emília Leonel, esquina com a Afonso Vaz. Eu acho que é justo dizer que uma boa parte das obras de rua que estão aparecendo aí foi feita por um artista do Morro que é o Deolinda Brasil. Quero dar esse crédito. Há também de outros moradores e de outros artistas.

Por favor.

Eu não sei exatamente, talvez o Dinho e a Cecília saibam, de qual festa é esse estandarte: Arte e Cultura do Querosene.

- Manifestação fora do microfone.

**A SRA. SONIA SALEM** – Na lavagem do Morro, do Parque da Fonte.

Pode ir.

Aí justamente estamos mostrando algumas intervenções de rua, os grafites que são muito presentes. Quem não é do Morro e já passeou por lá, deve ter apreciado.

Pode seguir.

Algumas dessas obras de arte já não estão presentes porque foram apagadas, mas algumas ainda estão. É algo que está sempre sendo renovado.

Vamos ver algumas mais atuais.

O detalhe à direita é o degrau de uma calçada na porta de um boteco conhecido na região.

Pode ir.

Isso está sempre em muros, em fachadas nas casas, dos bares. É bem atual, exatamente no muro onde fica a mina, o futuro Parque da Fonte.

Pode ir.

Não vou ler, não. Vocês podem ler. Ou querem que eu leia?

“Quem gosta de brincar boi, chega ligeiro. Que a festa está começando, um barco que está partindo, um povo que está dormindo e outro está no Japão trabalhando.” Tião Carvalho. Tião Carvalho, do Grupo Cupuaçu, da famosa Festa do Boi. Não sei há quantos anos o Tião está com a Festa do Boi lá no Morro, mas é uma festa tradicional, vem gente de vários

pontos da Cidade para participar.

Pode ir, por favor.

Mais intervenções de rua.

Pode ir.

A gente teve uma fase de um projeto apoiado por um ponto de cultura que era o Cine Querosene, um cinema de rua... Desculpa, Dinho.

- Manifestação fora do microfone.

**A SRA. SONIA SALEM** – É, mas o projeto não foi viabilizado por aqueles pontos culturais?

- Manifestação fora do microfone.

**A SRA. SONIA SALEM** – Ah, não? Então desculpe. Foi um evento que ocorreu durante algum tempo, que era um cinema, uma projeção feita na rua, com a participação de moradores, de crianças. Geralmente tinha um filme infantil para a criançada, com pipoca. Hoje em dia não está mais acontecendo. Seria muito interessante que voltasse.

Pode ir.

Como já foi chamada atenção pela Edmara, do passeio que o Vladimir registrou, pela Cecília também, pelos pontos de encontro essa pracinha é onde acontece a Festa do Boi, onde as pessoas se encontram para conversar, a praça é muito importante no local.

Pode ir.

Cotidiano particular. Temos uma foto à esquerda de uma época que tinha uma cabra, teve mais do que uma, exatamente no terreno onde agora querem fazer o arranha-céu. À direita, um encontro de capoeira bastante comum. O Dinho é um dos mentores, muitas vezes, não necessariamente em festas, esses encontros acontecem.

Pode ir.

Aqui, são duas imagens da festa do boi. É o Grupo Cupuaçu, do Tião Carvalho, já mencionado.

Pode ir.

Essas, também...

Então, na festa do boi, há barraquinhas. É festa de rua, com barraquinhas, comidinhas e tal. Sempre há apresentação do grupo que encena. São três festas por ano. Nascimento... Você sabe dizer os meses? Ou alguém mais sabe?

- Manifestação fora do microfone.

**A SRA. SONIA SALEM** – Nascimento, batismo e morte do boi. Então, são três. Acabou de haver um, recentemente, agora, em junho. Há os grupos que se apresentam e há uma saída pelas ruas do morro. Então, saem, ali, da pracinha onde acontece a festa, e fazem uma volta, que passa, inclusive, pela Corifeu e retorna à pracinha, com muita música.

Pode seguir.

Há os carnavais, também. É toda segunda-feira do Carnaval. Temos, ali, o casal Dinho e Cecília. Há um bloco que sai e também segue pelas ruas do morro. Vai juntando gente ao longo da sua passagem.

Próximo...

O Carnaval, também...

Pode ir.

A Orquestra de Berimbaus Morro do Querosene, regida pelo Maestro Dinho Nascimento, também é uma manifestação de arte que está lá há muito tempo. Inclusive, meu filho participou dela. Agora, ele não está mais aqui.

Pode ir, por favor.

Isso mostra um pouquinho do movimento já citado pela Cecília, do Parque da Fonte. Exatamente naquela área que ela mostrou, existe uma fonte, uma mina, que, algum tempo atrás, alguns... Não sei. A Sonia sabe exatamente quando conseguiram uma parte da desapropriação do terreno, na Prefeitura. Existe essa luta que está sendo travada há bastante tempo. Eu não sei. Se alguém quiser, inscreva-se para falar um pouco mais, porque eu não tenho muita informação sobre em que pé está a instalação de um parque nessa área.

Pode ir, por favor.

Essa é uma festa junina, que houve, recentemente, na Afonso Vaz, em frente ao terreno onde se pretende fazer a tal da aberração.

Pode ir, por favor.

Fizemos algumas manifestações. Essas palavras de ordem acabaram virando a nossa bandeira: arranha-céu no morro, não! Nós fizemos duas dessas manifestações no estande de vendas do Address Butantã. Eu não sei se há aqui alguém da empresa Ivory, a incorporadora, ou do Address. A ideia era justamente chamar a atenção da população que passa por ali, onde está instalado o estande de vendas, para o fato de que, na verdade, é um prédio que foi projetado para ser feito nesse local e fazer as denúncias, das irregularidades todas e da aberração que é esse projeto.

Aqui, foi em uma dessas manifestações que eu citei, em uma pracinha próxima, onde fizemos uma concentração, com música e bastante gente participando, chamando a atenção nas ruas. Há uma matéria que saiu sobre o movimento todo. Essa matéria, se não me engano, é da *Gazeta de Pinheiros*. Eu não tenho certeza.

Ali, no cantinho à direita, é a foto de uma casa que foi citada pela Cecília. É a casa que fica em um dos terrenos e que supostamente não existe, porque não tem o Habite-se. Não tem o alvará de moradia. Então, fizemos muitos registros da casa, mostrando a existência dela e a tentativa de demolição, que acho que foi interrompida por conta das nossas manifestações.

Pode ir para o último, para acabar.

Arranha-céu no morro, não! (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Está certo, Sra. Sonia. Obrigada.

Eu vou chamar, agora, para falar, pois já vi que está presente e acho que seria interessante escutá-lo, o engenheiro Wilson, que é da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento. Sr. Wilson, se estiver por aí, por favor, está com a palavra.

**O SR. WILSON PAES DE ALMEIDA** – Boa noite a todos. Boa noite, Vereadora. Gostaria de parabenizar a iniciativa.

Esse é um assunto importante e tem de haver uma discussão, mesmo, pelo fato de

acontecerem algumas coisas, assim. Em vários pontos da cidade, nós temos esse tipo de interface e eu acho que agora é um momento bem oportuno para falarmos sobre isso, pelo fato de o Plano Diretor estar sendo redesenhado. Eu acho que é interessante essa discussão, neste momento.

O que eu posso dizer com relação ao empreendimento e a essa aprovação é que nós, na SMUL, temos nossas competências e as nossas atribuições. Acaba que, na verdade, a legislação permite a utilização desse lote para a construção de um edifício vertical.

Confesso que fui chamado agora, de última hora, porque era o engenheiro Serafim que ia participar da audiência e não pôde estar presente. Então, eu entrei no lugar dele, para falar com os senhores, mas, com certeza, vamos averiguar e verificar se existe alguma situação em desconformidade com a legislação. Se tivermos de tomar alguma providência, podem contar conosco, pois vamos efetivar a legislação com relação ao empreendimento, se houver algo errado.

Acho que é isso. Não tenho muito a explicar, pelo fato de desconhecer esse projeto, essa aprovação. Precisaria averiguar direitinho todos os pontos. Parece-me que há uma interface com o pessoal do verde, também, e eu não sei bem como foi a tratativa. Precisaria avaliar o projeto que foi aprovado para dar maiores informações, mas isso vai ser feito. Vamos verificar. Está bem?

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Está bom. Obrigada, engenheiro Wilson. Já que falou com um pouco menos de tempo, gostaria de aproveitar a oportunidade. O senhor falou que é possível o empreendimento, pela classificação em que está o terreno, certo?

**O SR. WILSON PAES DE ALMEIDA** – Isso. Pelo entendimento que eu tive, com relação à classificação para o zoneamento desse lote, foi gravada uma ZEIS para o local, não é?

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – É um empreendimento de alto padrão.

**O SR. WILSON PAES DE ALMEIDA** – Sim. Eu não consigo lhe dizer, agora, de pronto, se é um empreendimento de alto padrão. Se é um terreno em ZEIS, não deveria ser um

empreendimento de alto padrão, e sim um empreendimento para suprir aquele déficit de habitação que existe hoje em São Paulo.

Então, precisaria ser verificada essa situação, mas como eu disse, não tive tempo de estar analisando e verificando esse projeto aprovado. O que eu posso dizer, que eu tenho quase certeza, é que existe uma regulamentação da medida da área dos apartamentos, da quantidade de banheiros e o número de vagas para esses empreendimentos de habitação de interesse social.

Eu vou verificar, para dar uma resposta, porque a área máxima de um apartamento de HIS é de 70 metros quadrados. Ele tem uma regra aí de comercialização também, que é bem restrita. Dependendo se a unidade HIS é 1 ou 2, há um valor vinculado para as famílias de baixa renda. O HIS 1 é para ser destinado para famílias com até três salários mínimos e o HIS 2 é para famílias até seis salários. Então, se for um empreendimento de alto padrão, acredito eu que está totalmente desconforme com essa situação, mas também preciso verificar. Eu não sei como está sendo feito. Não sei se já entrou em fase de comercialização, mas precisaria estar sendo verificado isso aí.

Eu acho importante ressaltar que inicialmente é a questão do zoneamento. O zoneamento acaba dando a liberdade para o incorporador efetivar uma aprovação dessa magnitude aí num bairro totalmente residencial. Eu acho que a gente tem que rever essa questão do zoneamento. Não é só nesse empreendimento, mas, em vários pontos espalhados, em São Paulo, há problemas desse tipo, por conta do zoneamento mesmo, que foi gravado talvez equivocadamente no local. É isso que eu posso dizer agora no momento. Precisaria estar verificando com mais calma, para passar uma informação mais assertiva aí para vocês.

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Está bom. Eu vou então pedir que se verifique. Seria possível deixar o pedido, não só pelo meu gabinete, mas pela comissão? Eu indago isso da secretaria, porque eu acho que há duas informações que eu gostaria de deixar registrado, sobre o requerimento de informação para a Secretaria de Urbanismo e Licenciamento. Uma questão é se o empreendimento se encaixa em ZEIS. É a primeira coisa.



Foi uma ZEIS mal colocada no Plano Diretor e até para ZEIS não está dentro. A segunda questão eu não sei. Eu gostaria de indagar isso - se, possível, daríamos uma resposta em até uns sete dias - se a construtora apresentou plano de impacto no viário e impacto ambiental, porque eu sei que tem que se apresentar o plano para a secretaria. Então, eu gostaria também de perguntar, de indagar se foi apresentado e queria saber se é possível a gente deixar esse pedido pela comissão. (Pausa)

Foi dito aqui para mim que tem que ser deliberado em reunião ordinária da comissão. Eu vou deixar esse pedido aqui registrado para o engenheiro Wilson, por sete dias. A gente vai protocolar, pelo gabinete, neste momento, e, na próxima reunião ordinária da comissão, a gente vai aprovar aqui pela comissão. São dois pedidos muito simples: se a construtora apresentou o plano de impacto no viário, o impacto ambiental, e se o empreendimento está de acordo com os critérios de ZEIS.

Está bom, Wilson?

**O SR. WILSON PAES DE ALMEIDA** – Está ótimo, Vereadora. Vou levantar tudo isso aí. Vou entrar em contato.

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Perfeito. Está bom. Obrigada.

**O SR. WILSON PAES DE ALMEIDA** – Imagine. Eu que agradeço.

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – É assim. É importante que todo mundo aqui saiba que qualquer empreendimento tem que apresentar plano de impacto. Obviamente vai haver um impacto gigantesco. Tem que saber se se chegou à Prefeitura, se foi pedido e como está andando isso, porque as unidades estão sendo vendidas. Inclusive eu não duvido que se vendam unidades e nem se faça o empreendimento, inclusive lesando um monte de gente. Eu acho que pode sair a pior coisa possível.

Tem a palavra o Sr. Rodrigo Espíndola, engenheiro, geólogo e funcionário do CAEX, órgão auxiliar do Ministério Público de São Paulo.

**O SR. RODRIGO ESPÍNDOLA** – Obrigado. Boa noite. Agradeço o convite.

Eu não trouxe uma apresentação formalizada no *PowerPoint*, mas eu trouxe um

arquivo, um parecer que recentemente eu concluí. Eu sou geólogo, sou de um centro de apoio operacional, a execução CAEX, que engloba aí uns 140 técnicos, mais ou menos, de várias áreas. Nós temos alguns núcleos. O meu núcleo é o de meio ambiente. Na realidade, é meio ambiente, habitação, urbanismo e acessibilidade. Eu, como geólogo, nesse caso, dei um enfoque mais para o meio físico, mas, como foi falado aqui, os impactos são diversos, desde aspectos das paisagens visuais, como sombreamento. Há a questão urbanística e uma série de elementos.

Nesse caso, eu fui convidado pelo Dr. Jairo de Luca, 5º Promotor do Meio Ambiente, para ver a questão que foi levantada. É uma questão até legal, referente à nascente. Então, eu, como geólogo, fui destacado aí para fazer esse parecer técnico, que foi recém-emitido.

- O orador passa a se referir ao parecer técnico.

**O SR. RODRIGO ESPÍNDOLA** – Os pareceres nossos do CAEX têm três partes principais: uma apresentação, uma fundamentação e uma conclusão. Na apresentação, esse primeiro item aí, apresentação e objetivo, foi basicamente para falar da solicitação feita pela quinta Promotoria, para avaliar o terreno onde se pretende construir um empreendimento imobiliário, por meio de vistoria técnica que foi efetuada na área, no dia 6 deste mês, no começo desse mês, e também na análise de documentos existentes sobre o terreno, sobre a área.

Essa figura tem a localização da área. Ela engloba três lotes: o 203, o 204 e o 205, de uma ZEIS 2, Zona Especial de Interesse Social de glebas e terrenos desocupados. Essa é uma imagem oficial do GeoSampa, mapa digital da cidade de São Paulo, que eu peguei na internet, e localizei os três lotes em amarelo, e todo entorno que está em laranja, em amarelo, é uma ZER 1, Zona Exclusivamente Residencial. Então, um dos lotes, o 203, como foi falado, não estava desocupado. Não está. É uma casa que foi adquirida pela empreiteira, e ela está sendo demolida. É o primeiro lote que está à direita ali.

O material de análise é basicamente as informações oficiais cartográficas. Também foram feitos dois estudos, no ano de 2021, em abril, os dois muito próximos, um no dia 27 de abril - é um laudo técnico da área e foi feito por um engenheiro civil e sanitarista, o Fernando de

Morais - e, no dia 25 de abril, muito próximo, foi feito um relatório técnico pela empresa *MapSolution*, feito por um geógrafo, Daniel Caldo, contratado, nesse caso, pela *Ivory*, empresa que pretende construir lá o empreendimento.

Também no ano passado, em novembro, no dia 10, foi feita uma vistoria técnica lá pelo IGC, Instituto Geográfico e Cartográfico, que avaliou quatro pontos no terreno e no entorno. Então, isto foi no que me baseei: nesses três documentos técnicos, incluindo o IGC e também a vistoria que eu fiz no dia 6.

Só colocar que a área está inserida numa, a grosso modo, macro, ela está inserida na bacia do Alto Tietê; na sub-bacia tem a Pinheiros, que é uma bacia e não dá para ver ali, mas ela está em amarelo; e, dentro dessa sub-bacia, encontra-se a nossa área que está localizada na microbacia ou na bacia do Rio Pirajussara. É uma bacia que tem mais de 18... o rio principal tem mais de 18,5 km, mais ou menos, e uma boa parte – metade, quase - está canalizada.

Então, dá para ver a mancha lilás ali. Essa microbacia é alongada onde está o principal curso Pirajussara e a foz dela está na Cidade Universitária da USP.

Lembro-me que quando estudei lá na Geologia, na década de 90, um dos principais problemas era a enchente do Pirajussara e os motivos era a questão da impermeabilização da bacia. A água escoava direto para o rio a partir das cabeceiras dos córregos, então, era o problema principal.

Aí é só um tale de altimetria da bacia. É uma bacia que tem um relevo colinoso. Tem uma parte de planície mais perto do Rio Pinheiros. O Morro do Querosene é uma formação atípica, a feição mais íngreme.

Não dá para ver bem, mas eu peguei o mapa local topográfico e levantei as variações de topográficas locais e lá o relevo varia. Ele tem uma amplitude topográfica de 20 metros no terreno local. Então, é uma declividade bem elevada. Ela varia de 750 a 730, a máxima e a mínima. Existe uma região ali de 745 para 730 que tem uma declividade muito elevada. O terreno começa mais plano e depois ele cai. A declividade lá chega a 71% ou 36 graus.

O que é 71%? Se você andar 100 metros, ele sobe 71 metros. Então, é um terreno

íngreme. Quando eu fiz a vistoria lá, eu desci de corda. O pessoal me ajudou. Amarrei a corda em uma árvore e desci porque uma parte do terreno é bem íngreme. Onde fica a nascente é bem na base dessa encosta.

Este é um mapa geológico. é uma região também que tem uma anomalia que tem a ver com o morro porque é uma região de um granito, é uma região granítica. Então, o relevo é mais tacado.

Este é um dos estudos que citei do engenheiro civil. Ele também localizou a área em relação a topografia. Então, aí é só o histórico. Aí ele localizou a nascente. Aí é aquele mapinha que ele indicou o ponto da nascente e o raio de 50 metros no entorno desse ponto, que é basicamente o que é legislação mais recente no Código Florestal indica - 50 m a partir do ponto da nascente.

Esse aí já é outro estudo que também localizou um ponto da nascente. Então, nesse aspecto, os dois laudos são muito parecidos. Aí ele também mostra o ponto de nascente e as casas – este ponto está adjacente – e a encosta com as curvas de nível. Aí tem algumas fotos que eu tirei do local, partindo para o meu registro.

Aí é um terreno parcialmente descoberto. Tem aquela casa lá no fundo que é aquela que eles adquiriram e que está sendo demolida, mas a maior parte do terreno é natural. No meio do terreno tem um talvegue. É uma região como se fosse um valezinho, é a parte mais baixa de duas encostas, uma vertente Leste-Oeste.

Ali, o ponto de nascente é onde se encontra o talvegue principal longitudinal e o talvegue que está na base da encosta. Então, tem um ponto da nascente onde tem a intercessão dos dois talvegues: o talvegue Nordeste para onde vai o curso da água e o talvegue Sudeste é um talvegue que está seco, mas, a partir desse ponto, começa a surgir água. É nessa região.

Tem umas fotografias nessa região já do talvegue seco. Seco entre aspas, é um talvegue úmido que já começa a ter bastante vegetação típica de vegetação higrófila, que gosta de água, e hidrófila também.

Aí tem a nascente. Acompanhando o curso da água, tem uma vegetação de Taioba

que acompanha o curso da água.

Aí, mapeei alguns pontos. Esse ponto é onde o curso d'água entra no terreno, já está no lote da Ivory, mas onde entre naquele lote que está construído.

Esse é um terreno vizinho por onde o curso da água também passa. Reparem que a parte construída desse imóvel está na parte mais plana, na parte inicial do terreno. Depois, nessa escada é onde o terreno cai. É onde tem a declividade mais alta.

No caso, nesse imóvel e nos outros que já existem lá eu verifiquei que eles respeitam bastante essa questão da topografia, inclusive, essa área está pouco impermeabilizada. Pelo contrário, tem bastante árvores frutíferas e plantas, gramíneas. Então, é uma característica importante.

Ali o curso da água continua. Nos fundos desse vizinho, tem uma tubulação que passa uma parte em canal fechado e depois abre e cai em uma galeria. Aí o vizinho já é um condomínio também de residências, condomínio térreo, casas térreas. Também tem uma grande área aberta de solo permeável. Aí o curso da água passa por um canal fechado e depois ele abre no final onde tem o ponto 4, que eu marquei. Depois, ele faz uma curva e entra no ponto 5 e vai à rua do outro lado e já deve afluir direto para o Pirajussara, que está mais abaixo.

Aí é só uma tabela-resumo com os cinco pontos que eu avaliei.

Na próxima, a figura, que é muito parecida com os outros estudos: o ponto de nascente está um pouquinho acima, à montante, na lateral, digamos assim, da área onde se pretende construir, a cerca de 10 metros; mas o raio da nascente, que foi desenhado, é de 50 metros, pegando praticamente toda a área.

A conclusão a que chegamos é que o ponto de nascente do curso d'água existe. É uma nascente de caráter pontual, de natureza perene. É uma nascente que foi vista por mim e por outros colegas profissionais, que avaliaram a nascente entre março e abril do ano passado, no final de um período chuvoso, onde o aquífero está recarregado. E como a nascente é um afloramento do freático, é uma época que ela deve ter maior vazão. E eu verifiquei agora em junho, que já é num período de seca, e continua a água. Tem bastante água. Então ela foi

avaliada tanto no período de chuva quanto de seca, o que dá essa sazonalidade importante.

Concluindo, além disso, essa nascente dá um início a um curso d'água que flui no sentido nordeste. Ela passa pela borda sul da área, está na borda da área – a nascente está num ponto fora, mas os 50 metros incluem praticamente todo o terreno. E o curso d'água passa pelo terreno da área, pela borda sul, leste. Então a área preservação permanente praticamente engloba o terreno.

Além dessa questão ambiental, legal, da APP, existe uma questão hidrológica importante que vale a pena citar.

Como é uma área íngreme, há um escoamento superficial muito grande, em qualquer área íngreme. Uma parte da água que chove escoar e outra parte infiltra. Se você tem um terreno que já tem uma declividade alta, mas um terreno que tenha vegetação, que não seja impermeável, isso abranda o escoamento. Se você impermeabiliza uma área, independentemente do que for – no caso, é um prédio, é um edifício –, você vai tirar uma das poucas áreas... Nessa encosta, eu acho que é a única área remanescente de solo natural. Então se você elimina isso, você afeta o ciclo hidrológico local. Vai ter um aporte muito grande de água superficial. E água num canal que tem um equilíbrio já natural pode gerar riscos, além de todos que já foram falados, geotécnicos – afetar casas à jusante –, porque vai haver um aporte de água muito grande. Esse é um aspecto que não foi falado e é importante.

É basicamente isso: a questão ambiental, a questão hidrológica/geotécnica, que pode acontecer no caso de haver essa alteração local no único remanescente da encosta.

É isso. Muito obrigado. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Perfeito. Muito obrigada.

Eu acho que a apresentação deixa mais que comprovado e tira qualquer dúvida ou questionamento sobre a existência da nascente. Isso é muito importante.

Eu não estou certa se está cadastrada essa mina na Prefeitura, e eu acho que isso é importante. Não sei se SMU ainda está aqui, mas eu vou incluir o cadastramento da mina no meu pedido, no meu ofício que vai ser enviado para as Secretarias, para que ela exista na

Prefeitura.

**O SR. RODRIGO ESPÍNDOLA** – Desculpe. Vou ler a minha última conclusão.

“A nascente e o curso d’água em tela não constam no levantamento cartográfico oficial elaborado na década de 80, em função da escala que foi mapeada – 1 para 10 mil”. Na época, era um levantamento até refinado, mas com 1 para 10 mil você não pega os detalhes. E segundo: ele foi feito com base em fotografia aérea. A pessoa, a partir de fotografia aérea, via os vales e colocava as drenagens.

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Era bem mais rudimentar.

**O SR. RODRIGO ESPÍNDOLA** – Era rudimentar. No entanto, esses elementos naturais da paisagem foram confirmados in loco pelo IGC, em novembro de 2021. E foi confirmado por dois trabalhos e mais o meu. Então, dessa forma, a nascente e o curso d’água podem ser inseridos nos sistemas cartográficos estadual e municipal para fins de zoneamento ambiental e de planejamento urbano.

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Perfeito. É exatamente isso.

O estudo feito pelo Ministério Público, que você apresentou aqui, agora, deixa muito nítido que existe uma nascente, existe uma mina de água, e isso tem que ser cadastrado na Prefeitura. Claro, tem que existir também um estudo da Secretaria do Verde e Meio Ambiente, enfim, mas referendar o estudo do Ministério Público também é muito importante.

Então eu vou colocar esse pedido de cadastro dessa mina, dessa nascente, porque, sendo feito esse cadastro, não resta espaço de dúvida, a lei vai ter que ser cumprida.

E lembro que esses 50 metros que afasta de uma nascente vale para novos empreendimentos, porque já foi construído. Não vamos tirar as pessoas do que já foi construído. Até onde vai o meu conhecimento, é para os novos empreendimentos que não se pode construir. Isso é bem importante para nós entendermos.

Também vou incluir no requerimento, no pedido de informação, ainda sobre a questão dos critérios de ZEIS, que ainda está me pegando. Estão sendo vendidos estúdios como habitação de interesse social. Isso é tentar achar uma brecha na lei para vender por um preço

caríssimo em uma área que teria de ser de interesse social. Colocar que é um estúdio, e colocar por um preço caro uma habitação de interesse social, não dá. Isso é o que também eu vou pedir para incluir.

Bom, até para darmos andamento às nossas falas, que tem bastante gente inscrita.

Eu vou passar a palavra ao Sr. Carlos Alberto Nadim, cidadão, morador da região.

**O SR. CARLOS ALBERTO NADIM** – Olá. Boa noite.

Eu quero agradecer primeiro à Vereadora Luana e ao Vereador Toninho Vespoli, que nos apoiam e nos acolhem nesta audiência; e também à Subprefeita; ao engenheiro do CAEX; e também ao engenheiro da SMUL.

Começando por este tema, eu vou tentar ir pelo principal, e depois eu tento complementar.

- O orador passa a se referir a imagens exibidas em tela de projeção.

**O SR. CARLOS ALBERTO NADIM** – O *slide* está cortado; mas resgatamos o pedido de alvará do prédio que foi feito.

No pedido de alvará do prédio, dizia que o envoltório da área do Instituto Butantã não atingiria os lotes do projeto da Ivory. Mas quando mergulhamos o GeoSampa e identificamos qual é a área, de fato, de proteção do Instituto Butantan – pode pegar o próximo *slide*, por favor.

O próximo *slide* vai trazer a situação atual do GeoSampa, mostrando que a área vermelha que está sobreposta à área de ZEIS – se puder ampliar um pouco mais -, pega mais do que a metade dos lotes.

Em vermelho está a área do envoltório do Instituto Butantã, de responsabilidade do Condephaat e, em azul, são os cinco lotes de ZEIS.

Seja por negligência, por outro fator ou por desatualização do GeoSampa, a informação que foi incluída no processo de pedido de aprovação da obra está errada.

No próximo *slide* dá para perceber que os registros atuais dos três lotes indicados pela Ivory para construção estão sim dentro da área de tombamento do Condephaat.

Eu queria pedir para a Vereadora e para a Comissão, ainda para o engenheiro da



SMUL, que verificassem o que foi errado que permitiu uma aprovação sem verificação de três lotes como fora da área de restrição do envoltório do Condephaat quando, de fato, estão dentro.

Aproveitando o interesse que a Vereadora Luana mostrou, no Plano Diretor de 2014 – desculpem, este é o último *slide* – eu queria que vocês tivessem a perspectiva do impacto que isso tem. Essa projeção foi feita pelo urbanista Ivan Maglio, projetando a altura e o volume do prédio na Rua Afonso Vaz. Olhem o tamanho que é isso e o impacto que tem sozinho em toda região.

Ouvindo para o critério de análise de impacto que a Secretaria de Urbanismo e Licenciamento tem por atribuição fazer sem consultar subprefeitura, é atribuição dela então para um prédio desse tipo não precisa, mas com mais de 200 vagas de garagem é exigido só uma análise de impacto ambiental. Como no novo Plano Diretor um prédio desse tamanho dispensa análise de impacto ambiental? Esse é um aspecto muito importante a ser considerado tanto no operacional da SMUL, quanto na próxima revisão do Plano Diretor.

Ainda com relação à SMUL, como o próprio engenheiro do Ministério Público percebeu e está na Ação Civil Pública, a declividade ali é muito grande.

Então eu pediria que a SMUL também verificasse a questão da permissão de um edifício dessa altura num terreno com declividade acima de 30% fora do Plano Diretor.

Obrigado. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Perfeito. Muito obrigada, Carlos. Muito bom.

É importante a pergunta em relação à declividade. Acima de 30°, lembrando, inclusive, eu não sou da área de engenharia, mas temos engenheiros nesta audiência. Foi-me dito aqui que quanto maior a declividade, acredito que maior é a fundação, maior o impacto, inclusive, sobre a nascente. Acho que, inclusive, isso tem de ser levado em conta.

Antes de seguir com as pessoas inscritas, vou falar alguns nomes de convidados que ainda não fizeram uso da palavra: o Sr. Ivan Maglio, está presente? (Pausa) Não. O Sr. Fernando Henrique Pereira de Moraes, engenheiro também?

**O SR. FERNANDO HENRIQUE PEREIRA DE MORAES** - Boa noite. Estou

acompanhando de forma remota a reunião.

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Perfeito. Continua a Sra. Denise Vitória, da Sehab?

**A SRA. DENISE VITÓRIA BRITO MESQUITA** - Sim, continuo aqui.

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Ótimo. O Sr. Fabio Trad, da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente, está aqui? (Pausa) Okay.

Antes de iniciar a fala dos inscritos, vou passar para a Sra. Denise Vitória Brito Mesquita, da Secretaria de Habitação, depois para o Sr. Fernando Henrique Pereira de Moraes.

**A SRA. DENISE VITÓRIA BRITO MESQUITA** – Obrigada. Boa noite a todos.

Primeiro quero parabenizar os moradores que souberam explicar muito bem os impactos que podem ocorrer na vizinhança com relação ao empreendimento. Percebo que houve cuidado para que se coloque não só o ponto de vista urbanístico, mas o cultural também. Achei interessante a explanação de todos.

No que se refere à Secretaria de Habitação, na verdade, a gente está arrolado a um outro processo, que é o da desapropriação para a viabilidade do Parque da Fonte. A gente tem uma questão que envolve o atendimento habitacional de uma família, para a viabilidade do Parque, mas já estamos providenciando. A família, um casal nesse caso, eles foram devidamente cadastrados, passaram pelo nosso atendimento social e agora terão direito ao atendimento habitacional provisório, posteriormente, será definitivo.

A questão na Secretaria da Habitação, hoje, está muito mais relacionada ao processo em especial que trata de desapropriação para a implantação do Parque da Fonte. Já fizemos os encaminhamentos pertinentes que foram solicitados pela Secretaria do Verde e Meio Ambiente. Desap, fala sobre a questão da desapropriação referente ao imóvel. Quanto a isso o que nos cabe já está sendo providenciado. Tanto a questão do cadastro da família, como já falei, como também o atendimento habitacional provisório.

Eu, particularmente, acompanhei, inclusive, a Sra. Cecilia Pelegrini retomou a discussão do atendimento a essa família, mas acredito que ela esteja presente, então gostaria

de aproveitar a ocasião para informar que já fiz o despacho autorizatório para o atendimento da família. Sendo assim, a gente consegue resolver a questão para a implantação do Parque. (Palma)

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Pessoal batendo palmas aqui, Denise.

**A SRA. DENISE VITÓRIA BRITO MESQUITA** – Obrigada.

Com relação ao projeto, aproveito também para saber como que ficaram as questões relacionadas ao projeto de compensação ambiental, o polo gerador de tráfego e também se foi realizado o estudo de impacto de vizinhança. A gente percebe nitidamente, como falei logo de início, envolve não só no ponto de vista urbanístico, mas o cultural também.

Deixo essas perguntas. Se possível, que constem também do documento que vai ser enviado para os responsáveis se pronunciarem, se podemos colocar também essas três questões dentro desse questionamento.

Por ora, é o que eu tenho a contribuir. Fico disponível para algum questionamento se houver.

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Excelente contribuição, Denise. Muito obrigada. Você trouxe ótimas notícias para a população da região, em especial relacionada ao Parque da Fonte. (Palmas) Mais uma salva de palmas.

Também excelente contribuição sobre a necessidade de estudo de impacto. Parece-me que não está havendo nenhum estudo de impacto, nem de vizinhança, nem do ponto de vista de tráfego, nem do ponto de vista viário, nem do ponto de vista ambiental. Está, realmente, já em um estado superavançado da obra, vendendo unidades, sem isso estar nítido para ninguém. Inclusive, infelizmente, não foi dada essa informação, aqui, por urbanismo e licenciamento, em relação a esses estudos, mas vai estar incluída no nosso pedido de informação, tanto do gabinete quanto da Comissão, assim que conseguirmos fazer a reunião ordinária da Comissão.

Eu vou chamar, agora, o Sr. Fernando Henrique Pereira de Moraes, que é engenheiro civil e sanitarista. Logo após, já vamos começar com os que estão inscritos pelo portal da Câmara. Para todo mundo conseguir escutar, eu vou pedir para quem estiver inscrito pelo portal

falar por três minutinhos. Está bom? Sr. Fernando Henrique?

**O SR. FERNANDO HENRIQUE PEREIRA DE MORAIS** – Boa noite. Primeiramente, obrigado pelo convite e pela oportunidade de participar desta reunião de audiência pública. Quero parabenizar a Associação dos Moradores do Morro do Querosene e esta Casa, por abrir espaço para uma roda de debate envolvendo a temática de meio ambiente e recursos hídricos.

Como representante, como assessor técnico da Associação do Morro do Querosene, é importante destacar que a minha fala tem isonomia. Então, independentemente da causa da associação, os pontos que eu vou mencionar têm veracidade, de acordo com os fatos.

Um dos pontos interessantes para observarmos é que tanto o meu laudo de caracterização hídrica quanto o trabalho apresentado pela Ivory e o laudo do Ministério Público, apresentado pelo geólogo Rodrigo, constata e apresentam, todos eles, evidências da existência da nascente. Então, essa nascente é responsável por dar origem a um curso d'água e ele é um afluente do Córrego Pirajuçara, que, por conseguinte, tem a sua foz no Rio Pinheiros. Esse ponto está localizado aproximadamente a um quilômetro da margem do Rio Pinheiros.

Todos os pontos importantes foram colocados aqui pelo geólogo do Ministério Público, mas acho que é muito importante trazê-los à tona. Recentemente, tivemos acesso a um cadastro técnico de galerias de águas pluviais emitido pela Seurb da década de 1970, que mostrava um córrego na Rua Bijari. Ela é a rua imediatamente a jusante do ponto onde foi constatada a nascente. Então, esse cadastro técnico só reforça a tese de que ali, no passado, foi uma área de manancial. Foi antropizada, mas demonstra-se que ali foi uma área de várzea, que é o leito de inundação periódica dos cursos d'água e as características topográficas, geotécnicas e de relevo apontam para um quintal velho, que seria o fundo de vale por onde escoam as drenagens naturais.

Como foi bem explicado pelo Rodrigo, quando se projeta o raio de proteção que preconiza o Código Florestal, tanto em áreas rurais quanto em áreas urbanas, no afloramento natural do lençol freático, que é o conceito de nascente, pressupõe-se o raio de proteção permanente de 50 metros. Como foi apresentado, ele engloba quase em sua totalidade a área

do empreendimento, inviabilizando todo o licenciamento ambiental e as autorizações expedidas para sua execução. Então, fica aqui um apelo para a revisão de todo esse processo.

Mais uma vez, gostaria de reforçar que a minha palavra é totalmente isenta de qualquer interesse das partes. Estou falando de acordo com os fatos que nós constatamos e que foram ratificados pelo IGC, que é a autoridade máxima de caracterização de drenagem no Estado de São Paulo. Também têm a validação do CAEX, o que foi bem explicado pelo geólogo Rodrigo.

Então, é isso. Preparei uma apresentação, mas, depois da fala do Rodrigo, eu acredito que não haja muito mais o que dizer. Foi muito bem explanada a questão ambiental.

Muito obrigado. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Muito bom. Obrigada, Sr. Fernando. Foi excelente.

Bom, eu acho que essa primeira rodada de falas dos nossos convidados da Mesa foi muito, muito proveitosa. Eu acho que foi apresentada muita coisa. Foram apresentados elementos, do ponto de vista ambiental, do ponto de vista de habitação e, enfim, do ponto de vista do uso do viário. Em resumo, falou-se, aqui, do bem comum.

Vai sair esse requerimento, tanto do gabinete quanto da Comissão, e fico feliz, de toda forma, com a presença da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento, com o comprometimento de que vai atrás das informações e vai enviá-las para nós. Quero agradecer, em especial, ao engenheiro Rodrigo, representando o Ministério Público, que trouxe dados muito preciosos, e, é claro, à Associação Cultural do Morro do Querosene, sem a qual não teria sido possível esta audiência.

Eu vou passar, então, para as pessoas inscritas pelo portal da Câmara. Vou passando o nome das pessoas e quem estiver aí, por favor, manifeste-se no *chat*: Maria Eduarda da Silva Borba; Ana Lucia Duarte Lanna; Ana Oliveira; Maria Cecília, que fez uso da palavra; Jane Lauriano; Covereadora Natália Chaves, da Bancada Feminista do PSOL. Está aí, Covereadora? Está aí, mas eu vou passando os nomes e, quando se manifestar no *chat*, eu lhe passo a palavra: Tariana Machado; Patrícia Vieira Maluly; Marta Pimenta, da Rede Butantã. Está

aí, Marta? (Pausa) Está bem. Da Associação Cultural do Morro do Querosene: Erneides Antonio Cursino do Nascimento. Ah, é o Dinho! Eu não estava sabendo quem era Antonio. Desculpe-me. Querido, não quer fazer o uso da palavra?

**O SR. ERNEIDES ANTONIO CURSINO DO NASCIMENTO** – Boa noite, mais uma vez. Eu escrevi algumas coisas, porque realmente, as pessoas que vieram aqui... Boa noite, primeiramente, à Vereadora Luana Alves, que já falou coisas interessantes. Vimos ouvir uma coisa e ouvimos outras.

Então, antes de mais nada, uma das notícias mais importantes que eu tive, aqui, à noite, foi a de que para o Parque da Fonte vai ser realmente batido o martelo. (Palmas) Você tem tudo a ver com tudo isso, também, viu? São mais de 20 anos de luta e as pessoas que estão conosco têm de estar inteiras.

Neste momento do meio ambiente e de pessoas, primeiramente, meio ambiente não é o passarinho que canta no fundo da casa da gente; não é a árvore e o rio só que passa. O meio ambiente é a gente, o ser humano. Nós estamos num momento muito difícil, delicado do País. Ainda bem que temos esses equipamentos que estão aí na mão de vocês, que, às vezes, têm os dois lados da notícia: têm o positivo e o negativo. A cada dia que a gente abre esse equipamento, é um que está no chão deitado dos nossos; e agora, lá em cima, a gente só sabe por causa desse equipamento também e das pessoas que são influentes lá fora, como a gente diz na música: “Será que a gente tem que ir lá para fora?”, como diz o grande compositor da nossa música, músico que equipa o aeroporto - como dizia o Tom Jobim - para ser reconhecido aqui, e agora, no meio ambiente, está isso. A gente só foi à tona porque têm que haver alguém lá de fora. A gente tem que parar com isso. Tem que ser aqui, com as pessoas aqui da nossa Terra, esse planeta que já não aguenta mais.

Então, boa noite a todos que falaram aqui, todos. Eu ouvi coisas maravilhosas aqui. Eu digo sempre que a revolução não se faz com um milhão, a revolução se faz com um, com dois; e essas pessoas é que têm que segurar, porque são eles que chamam. Andorinha faz verão, uma só? Faz, nesse momento em que a gente está. Então, eu estou aqui vendo pessoas

que são representativas dentro do Morro do Querosene. As cadeiras não estão cheias, mas aqui há muita gente importante, porque não é a quantidade, é a qualidade. A Parque da Fonte foi qualidade, não foi quantidade. Hoje o Parque da Fonte, o PA Bureau está no mundo inteiro. Então, eu quero dizer isso.

Agradeço. Gratidão a todos. Todos nós, a gente erra, mas a gente não pode pular do barco. O barco é um só. Não há dois no meio ambiente. Na Cultura e na Saúde, não existe. Então, todos nós vamos para o mesmo lugar. Então, eu quero dizer isso. Dizer também o seguinte, que já foi falado tudo aqui o que eu escrevi. Meu Deus do céu. A Cecília começou e falou. Aqui falou também a Sonia e o nosso geólogo ali. Todo mundo já falou tudo. Aqui foi tudo falado.

Então, só quero colocar aqui e falar de uma pessoa que já não está aqui. Poderia estar nesse mundo, que é a minha mãe, Marilurdes, que nasceu na Bahia. Nasceu numa casa de palha, nasceu numa casa de taipa. Eu convivi nessa casa também. Depois ela foi para a cidade. Não sabia ler nem escrever. Depois quando ela cresce, ensinando a gente, ela foi querer saber estudar; e eu tenho certeza que, se ela estivesse aqui, nessa cadeira, ia achar um absurdo o que acontecendo, porque a casa de taipa dela que a Cecília conheceu, que hoje não é mais casa de taipa, é casa de alvenaria, tijolos. Ela foi para estudar. Não conseguiu se formar, mas tinha um conhecimento e uma saberia como muitos têm, como os indígenas têm, como a nossa cultura preta tem, desde a África. Os arquitetos e engenheiros começaram tudo ali. Então, a minha mãe ia achar um absurdo, porque a casa de taipa tinha lá um sombreirozinho para a chuva não cair dentro da casa. O terreiro era limpo ali na frente. Aí a gente vê as pessoas estudando, indo para as universidades e fazendo esses absurdos. O que está acontecendo? Moradia para quem? Se a gente sair agora, vai batendo, tem que se afastar e andar pela rua, porque senão você vai tropeçando em cima de gente na rua, deitado. Quando eu cheguei a essa terra aqui, isso era raro. Eu também já dormi na rua.

Então, por isso que eu estou falando para vocês que não existe metade com o meio ambiente, com a Cultura, com a Educação e com a Saúde. Nós temos que estar inteiros. Então,

é isso. Vocês falaram já tudo.

Há pessoas importantes com a gente. O nosso poeta Pitanga, que veio de Pernambuco, está aí, dando o maior apoio também. Viu a coisa e disse: “Que loucura é essa?”. O nosso Dom Pandeiro está aqui com mais de 80 anos na cultura, e muitos aqui são moradores do Morro. São representativos.

Então, muito obrigado e gratidão. (Pausa)

Na Grécia, quando quebram um copo, dizem que é muito bom. Espero que não tenha prejuízo aqui, na Câmara, desse copo, mas se falou de Roberto Luna, uma pessoa da Cultura, que faleceu nesta semana, e muitas pessoas se foram na nossa cultura, nesse momento de pandemia.

Então, esse copo não foi quebrado à toa.

Muito obrigado. Gratidão. (Palmas)

Eu vou lá para fora. (Palmas)

- Apresentação musical.

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** - Axé. Beleza.

Obrigada, querido. Valeu mesmo.

Tem a palavra a Sra. Natália Chaves, da Bancada Feminista. É outro mandato aqui do PSOL, que está no apoio.

**A SRA. NATÁLIA CHAVES** – Boa noite, Vereadora.

Saúdo a iniciativa do mandato, a construção pela Comissão e do movimento de mais uma audiência pública de muita qualidade e que mostrou a potência do Morro do Querosene como é cheio de cultura e como essa articulação tem dado bons frutos, como também conseguimos ver pela audiência de hoje.

Gostei muito da fala da Cecília, no começo, sobre como a gente esquece que o ser humano é parte do meio ambiente. Então, ter uma audiência pública que integra tão bem as questões ambientais mostrando que isso também tem relação com a cultura e com toda a organização ali do bairro e com a qualidade de vida das pessoas. Isso é muito importante.



Quero colocar o nosso mandato à disposição. Estamos titulares na Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente onde a gente tem feito o debate do Plano Diretor.

Colocamo-nos à disposição para fazer a intermediação dos assuntos do Morro do Querosene também lá pela Comissão.

Um abraço e parabéns novamente.

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Obrigada, Natália. Obrigada pelo seu apoio.

O Deputado Federal Nilto Tatto está presente? Tatto? (Pausa). De toda a forma se inscreveu, acho que está apoiando a gente aqui.

Tem a palavra o Sr. Mauro Scarpinatti, representando o Deputado Federal Nilto Tatto.

**O SR. MAURO SCARPINATTI** – Boa noite. Parabéns pela iniciativa. O Nilto pediu perdão, mas ele teve de ir a Brasília e não deu para ficar para a audiência pública. Ele deve estar no voo agora, desculpa.

---

Boa noite, novamente, especialmente, ao querido Dinho, Maria Cecília, todo o pessoal da Associação Cultural do Morro do Querosene.

Quero pontuar algumas coisas. Estamos vivendo em plena crise climática e que é séria e que é de verdade. Ela não vai vir. Ela já está aqui. Está instalada. São Paulo passou recentemente por uma grande crise de abastecimento de água, 2014/2015. Toda e qualquer nascente importa.

Então, não dá para a gente continuar soterrando nascente como se elas não existissem. Fico angustiado de ver, de novo, mais uma vez, todo dia a gente vê isso: o Creci, o Sinduscon e o Secovi subordinando a Cidade aos interesses deles, aos interesses da especulação imobiliária. Fico me perguntando, na Câmara Municipal de São Paulo, eu que participei ativamente da formulação do atual Plano Diretor 2013/14, depois 15, na Lei de Uso e Ocupação do Solo até quando a cidade de São Paulo, que é uma das cidades mais importantes do mundo, vai aceitar e continuar sendo subordinada aos interesses do Creci, do Secovi e do Sinduscon, fora outros interesses, mas esses três que destroem a cidade, inclusive, vendem apartamentos dizendo: “Vem aqui conviver com a natureza”, mas destroem a natureza que eles

chamam as pessoas para conviver. É inclusive de um cinismo sem tamanho.

O mestre Dinho acabou de dizer que estava feliz com a notícia do Parque da Fonte. Todo o pessoal é solidário com a gente na luta pela Guarapiranga e que fizeram tantas vezes aqui e nós tantas vezes lá. O Parque da Fonte demorou décadas para sair. Um empreendimento desse é aprovado em alguns dias. Ninguém sabe como. Ninguém sabe como liberou uma ZEI, Zona Especial de Interesse Social destinada a construção de moradia popular e destinam uma ZEI para construir um mastodonte desse, um negócio esquisito que vai fazer sombra, vai projetar uma sombra gigantesca sobre as casas tradicionais do Morro do Querosene, além de todo dano ambiental que pode provocar.

Esse empreendimento, como bem demonstrou o técnico do Ministério Público, é mais do mesmo. É um empreendimento para você fazer para acabar com uma área que tem uma nascente, permeável, para causar enchente, deslizamento e destruição de moradias que tem no entorno.

É essa cidade que a gente quer construir? É essa cidade que, em pleno Século XXI, que a gente necessita mudar o nosso modo de vida para enfrentar o desastre climático que nós mesmos construímos, a gente quer construir? Então, fica essa pergunta.

Quero concluir dizendo que a gente não concorda com esse entendimento. Estamos absolutamente solidários. Contem com a gente. A gente tem falado frequentemente com a Maria Cecília. Se for o caso, sei lá, não sei o que a gente pode fazer em âmbito Federal. Acho que é de âmbito absolutamente municipal, mas contem com a gente. Arranha-céu no Morro não.

Boa noite. Muito obrigado. (Palmas).

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Muito obrigada, Mauro. Bom saber que, cada vez mais, mandatos se somando a essa luta. Isso cria um peso, cria uma pressão, cria todo um constrangimento que está óbvio que existiu um favorecimento de alguma forma ao interesse privado em detrimento do interesse público. Então, é superimportante também essa fala.

Vou chamar o Sr. Carlos Eduardo Dias. Estaria por aí? Carlos Eduardo Dias. (Pausa).  
Okay. Sr. Daniel de Medeiros. (Pausa). Okay.

Então, vou passar ao nosso último inscrito que pediu para fazer uso da palavra presencialmente. Tem a palavra poeta Pitanga.

- Manifestação fora do microfone.

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – A população mundial foi pega de surpresa por conta do Covid. Todo mundo com medo. Todo mundo fala de Meio Ambiente. Então, é o princípio. Ou você cuida do meio ambiente ou morre. Então, é um xeque-mate. Você tem que cuidar, eu tenho que cuidar, o mestre Dinho e todo mundo tem que cuidar.

Existe uma saga muito importante no universo que é a saga do beija-flor quando botaram fogo na floresta. Todo mundo sabe dessa saga. Ele ia lá na fonte no Morro do Querosene pegar uma gotinha d'água e apagar um incêndio. Toda fauna e toda flora sofrendo e rindo do beija-flor: “Que besta carregando um pingo d'água para apagar um incêndio”. É, mas eu estou fazendo a minha parte e todos aqui estão fazendo a sua parte.

Eu até olhei aquele prédio vermelho ali em cima, coisa linda, maravilhosa. É feio, é feio, um arranha-céu no Morro do Querosene, construir um arranha-céu no Morro do Querosene, mudar a estrutura, E o poeta tem ouvido de tuberculoso, ou pior, escuta muito.

Antigamente, quando não tinha arranha-céu na cidade de São Paulo, o Morro era aceso com os candeeiros, você conhecia o Morro pela luz do candeeiro.

Agora, para finalizar:

“Sou negro

meus avós foram queimados

pelo sol da África

minh`alma recebeu o batismo dos tambores

atabaques, gongôs e agogôs

Contaram-me que meus avós/vieram de Loanda

como mercadoria de baixo preço/plantaram cana pro senhor de engenho novo

e fundaram o primeiro Maracatu

Depois meu avô brigou como um danado

nas terras de Zumbi

Era valente como quê

Na capoeira ou na faca

escreveu não leu

o pau comeu

Não foi um pai João

humilde e manso

Mesmo vovó

não foi de brincadeira

Na guerra dos Malês

ela se destacou

Na minh`alma ficou

o samba

o batuque

o bamboleio

e o desejo de libertação”.

Salve o Morro do Querosene!

Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Obrigada. Salve Solano Trindade!

Tem a palavra a Sra. Carla.

**A SRA. CARLA** – Boa noite a todas e todos on-line e presentes. Eu queria primeiramente dizer que fico muito triste de ver a Câmara vazia porque quando tem festa no Morro tem milhares de pessoas lá, e eu passei o mês inteiro implorando para as pessoas virem, então fico realmente triste.

Responder a Sonia Salem, que tem 33 anos, sobre a Festa do Boi no Morro, que a primeira festa é sempre em Sábado de Aleluia, a única que tem data fixa; o batizado é próximo

ao dia de São João, em São Paulo; e a morte é sempre na primavera, em setembro ou outubro.

Quando comecei a acompanhar toda essa luta das ZEIS, vi que tinha um parágrafo na lei dizendo que pessoas de afeto do bairro poderiam comprar as casas. Eu estou no Morro há quase três décadas e não posso comprar uma casa lá. Então, com certeza absoluta, essa torre não é para mim, não é para o Tião Carvalho, que está lá há mais tempo que eu, nem para a família dele, nem para a mãe dele, que tem mais de 100 anos, nem para ninguém que se encontra na situação em que a gente se encontra depois de uma pandemia dessas, que arrasou a gente e está fazendo eu trabalhar de domingo a domingo, a estar sem voz e cansada, enfim.

Outro exemplo de luta, que acho que é pertinente, que a gente está ocupando a Praça Elis Regina, aproveitando que a Subprefeita do Butantã está aqui, que a gente está reivindicando uma revitalização naquela praça, também o Ponto de Economia Solidária está sendo ameaçado.

Da mesma maneira que o poeta falou, tem um cantor que cresci ouvindo, que foi assassinado quando eu era criança, mas que me emociona até hoje. Vou cantar a música de dois sambistas, que cantei muito na Praça Elis Regina esse mês porque eu quero que as pessoas aprendam essa música para o saudoso Chico Mendes.

- Apresentação musical.

**A SRA. CARLA** – Essa música foi cantada quando eu era criança e eu me lembro da entrada do Fantástico anunciando o assassinato do Chico Medes e, logo na sequência, o Lula e o Collor concorreram, e o Collor ganhou. Eu era criança, mas ali eu entendi a desgraça que estava instalada no País, diante da educação que eu tive: de uma mãe pernambucana e um pai mineiro, preto, nascida no Sul e tendo sofrido todo tipo de violência.

Então, eu quero pedir a todos que estão on-line e presencialmente, que nos respeitem. Nós corpos negros, negras, mulheres, homens, pessoas que não alisam o cabelo e que gostam de andar como eu ando, porque está muito difícil ser mulher e viver neste país. E não é diferente no Morro do Querosene, não é diferente no Butantã.

Obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Bravo! Obrigada, Carla. Arrepiada bastante, também dá o senso da urgência. Eu acho que esta audiência é um passo muito importante para essa luta.

Gostei da postura que foi colocada por algumas Secretarias, achei importante a Subprefeita ter se colocado aqui também, acho positivo, e acho que a gente tem que cobrar esse posicionamento de todos os setores do Poder Municipal, eu acho que isso é muito, muito importante, e eu senti que houve um avanço no dia de hoje. Tem que seguir pressionando, cobrando estudos de impacto, como vai acontecer, denunciando, porque você chamar de Studio um apartamento pequeno e vender por um preço altíssimo não é habitação de interesse social, isso é deturpar, é tentar achar uma brecha para tirar a vitória que foi conquistada pela população pobre de habitação de interesse social, desgastando aquela vitória, utilizando brechas na lei.

Agradeço muito a presença de todos. Arranha-céu no Morro, não.

Boa noite a todos.

Estão encerrados os trabalhos.